

# Para Eris, País deve ter tratamento diferenciado

**Presidente do BC diz que redução da dívida polonesa não pode ser vista como caso isolado**

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, disse ontem que a decisão do Clube de Paris (que agrupa as dívidas entre governos) de perdoar metade da dívida da Polônia “é um bom precedente que deve ser discutido”.

Eris salientou que outros países do Clube de Paris, como o Peru e o Egito, também demonstraram interesse por desconto semelhante ao da Polônia. Como o Brasil deve cerca de US\$ 10,5 bilhões no Clube de Paris, Eris entende que o caso polonês não pode constituir exceção e que os processos dos países devedores devem ser analisados caso a caso.

“A Polônia está mudando a sua estrutura, deixando de ser um país socialista para se transformar num país capitalista, e recebeu o perdão de metade de sua dívida no Clube de

Paris, inclusive com o nosso apoio”, salientou Eris. “Só que os países ricos do Clube de Paris agora querem caracterizar a ajuda à Polônia como uma exceção, o que não pode ser.” No Clube de Paris, o Brasil é devedor e credor, não apenas da Polônia, mas também de alguns países africanos e latino-americanos.

O presidente do Banco Central anunciou que, na semana que vem, uma equipe irá a Washington para preparar o terreno com vistas à visita de uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil, possivelmente em abril. Uma fonte do BC explicou que o Brasil informará ao FMI não apenas os pormenores das mudanças introduzidas no sistema financeiro pelo Plano Collor 2, mas também alguns resultados positivos da economia brasileira.

O principal dado que será passado ao FMI, conforme explicou um técnico governamental, é o superávit operacional alcançado pelo Brasil, de 1,2% do Produto Interno

Bruto (PIB), em 1990. Na administração direta, a rigorosa contenção de gastos aplicada desde o início do governo Collor, há um ano, resultou num superávit operacional global de 2,4%, que, em parte, foi anulado pelo déficit de 1,2% encontrado na Previdência Social (0,2%), nas administrações dos Estados e dos municípios (0,4%) e nas companhias estatais (0,6%).

Eris evitou comentários sobre o andamento da negociação entre o embaixador extraordinário da dívida, Jório Dauster, e o Comitê dos Bancos Credores, em Nova York. No seu entendimento, a proposta inicial dos bancos foi “decepcionante”, mas a questão já está encaminhada de modo mais satisfatório. Quando lhe foi perguntado se o montante a ser pago pelo Brasil, relativamente aos juros atrasados, seria de US\$ 1,94 bilhão, Eris desconversou, argumentando apenas: “Avançamos bem na área dos atrasados e, agora, o acordo ficará muito mais fácil.”